

Ano VI  
Edição 62



Fevereiro/2001  
Circulação:  
Abril/2001

FENACON em

# SERVIÇOS

contabilidade ♦ assessoramento ♦ perícias ♦ informações ♦ pesquisas

Publicação Mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas dirigida a empresários de prestação de serviços - Valor Unitário - R\$ 2,50

## Peritos em retirada

Apesar de ser imprescindível para a solução de processos judiciais que exigem parecer técnico, a atividade de perícia vem sofrendo tamanha desvalorização que já provoca o abandono de profissionais experientes

Assine a revista  
Fenacon em  
SERVIÇOS

[www.fenacon.org.br](http://www.fenacon.org.br)

### IRPF

Cuidados que você deve ter na hora de declarar



### Escolas defasadas

Exame de suficiência do CFC mostra que escolas não acompanham mercado de trabalho



### 9ª Conesc

Abertas pré-inscrições para evento bienal da Fenacon, que ocorrerá em Recife



# Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

## SESCON - Alagoas

Pres.: Anastácio Costa Mota  
R. Dr.Albino Magalhães, 185 - Bairro Farol -  
57050-080 - Maceió/AL  
Telefax (82) 336.2210  
[sesconal@matrix.com.br](mailto:sesconal@matrix.com.br)

## SESCON - Apucarana

Pres.: Alicindo Morote  
Rua Osvaldo Cruz, 341 - Centro  
86800-720 - Apucarana - PR  
Tel. (43) 422-7908 / 422-3913

## SESCON - Bahia

Pres.: Fernando César Passos Lopo  
Praça Onze de Dezembro, 5 - sl 127 - Calçada -  
40410.360 - Salvador/BA  
Telefax. (71) 316.7520/7521  
[sesconba@terra.com.br](mailto:sesconba@terra.com.br)

## SESCON - Blumenau

Pres.: Carlos Roberto Victorino  
R.15 de novembro, 550 - 10º and - Sl 1009  
89010-901 - Blumenau/SC  
Telefax. (47) 326.0236 - 326.3401  
[sesconblumenau@flynet.com.br](mailto:sesconblumenau@flynet.com.br)

## SESCON - Caxias do Sul

Pres.: Moacir Carbonera  
R. Ítalo Victor Bersani, 1134 - Jd. América- 95050-  
520 - Caxias do Sul/RS  
Tel. (54) 228.2425 - Fax: (54) 222.7825  
[sescon@cic-caxias.com.br](mailto:sescon@cic-caxias.com.br)

## SESCON - Ceará

Pres.: Urubatam Augusto Ribeiro  
Av. Washington Soares, 1.400 - 3º andar - sl. 401 -  
Bairro Edson Queiroz - 60811-341 - Fortaleza/CE  
Tel.(85) 273.2255/ 273.4341  
Fax: (85) 273.5083  
[sesconce@secrel.com.br](mailto:sesconce@secrel.com.br)  
<http://www.sescon-ce.com.br>

## SESCON - Distrito Federal

Pres.: Elizer Soares de Paula  
CRS 504 Bloco C - Subsolo, 64 - Asa Sul - Entrada W2  
70331-535 - Brasília/DF  
Telefax (61) 226.2456 - 226.1248 - 226.1269  
[sescondf@tba.com.br](mailto:sescondf@tba.com.br)  
<http://www.bbcont.com.br/sescondf>

## SESCON - Espírito Santo

Pres.: Luiz Carlos de Amorim  
R. Alceu Aleixo, 117 - Térreo - Jucutuquara - 29042-  
010 - Vitória/ES  
Tel. (27) 223.4936. Fax:(27) 223.3547  
[sescon@sescon-es.org.br](mailto:sescon@sescon-es.org.br)  
<http://www.sescon-es.org.br>

## SESCON - Goiás

Pres.: Antonino Ferreira Neves  
Av. Goiás, 400 - Ed. Bradesco - 10º and. sl. 104 -  
Centro - 74010-010 - Goiânia/GO  
Telefax (62) 212.4477  
[sescongo@international.com.br](mailto:sescongo@international.com.br)  
<http://www.bbcont.com.br/sescongo>

## SESCON - Grande Florianópolis

Pres.: Walter Teófilo Cruz  
R. Araújo Figueiredo, 119 - sl. 402 -  
88010-520 - Florianópolis/SC  
Telefax: (48) 222.1409  
[sesconfloripa@ondstar.com.br](mailto:sesconfloripa@ondstar.com.br)  
<http://www.sesconfloripa.org.br>

## SESCON - Londrina

Pres.: Paulo Bento  
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja Ed.  
Euclides Machado - 86010-914 - Londrina/PR  
Telefax. (43) 329.3473  
[sescon@sercomtel.com.br](mailto:sescon@sercomtel.com.br)

## SESCON - Maranhão

Pres.: Carlos Augusto Gaspar de Souza Jr  
Av. Gerônimo de Albuquerque, S/N, sala 201 -  
Retorno do Calhau - 65051-200  
São Luís/MA  
Telefax: (98) 246-9153  
[sescon-ma@elo.com.br](mailto:sescon-ma@elo.com.br)  
<http://www.elo.com.br/sescon>

## SESCON - Mato Grosso do Sul

Pres.: Odácio Pereira Moreira  
Rua Elvira Pacheco Sampaio, 681  
79071-030 - Campo Grande - MS  
Telefax: (67) 787-6094/787-5489  
[sesconms@terra.com.br](mailto:sesconms@terra.com.br)

## SESCON - Mato Grosso

Pres.: Elynor Rey Parrado  
R. São Benedito, 851 - 1º andar  
78010-800 - Cuiabá/MT  
Tel. (65) 623-1603 / Fax. 321-4831  
[sescon-mt@inter-fox.com.br](mailto:sescon-mt@inter-fox.com.br)

## SESCON - Minas Gerais

Pres.: João Batista de Almeida  
Av. Afonso Pena, 748 - 24º andar  
30.130-003 - Belo Horizonte/MG  
Telefax.: (31) 3273-7353  
[sescon@sescon-mg.com.br](mailto:sescon@sescon-mg.com.br)

## SESCON - Pará

Pres.: Carlos Alberto do Rego Correa  
Travessa 9 de Janeiro, 2050 - Cremação -  
66063-260 - Belém/PA  
Telefax: (91) 249-9768  
[sesconpa@nautilus.com.br](mailto:sesconpa@nautilus.com.br)

## SESCON - Paraíba

Pres.: Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.  
Rua Rodrigues de Aquino, 267 - sala 703 -7º and  
58013-030 - João Pessoa/PB  
Telefax (83) 222.9106  
[sesconpb@zaz.com.br](mailto:sesconpb@zaz.com.br)

## SESCAP - Paraná

Pres.: Valdir Pietrobon  
R.Marechal Deodoro, 500 -11º andar -  
Ed. Império 80010-911 - Curitiba/PR  
Telefax. (41) 222.8183  
[sescap-pr@sescap-pr.org.br](mailto:sescap-pr@sescap-pr.org.br)  
<http://www.sescap-pr.org.br>

## SESCON - Pernambuco

Pres.: Geraldo de Paula Batista Filho  
R. José Aderval Chaves, 607 - Salas 407/408  
51111.030 - Recife/PE  
Telefax: (081) 3327.6324  
[sesconpe@truenet.com.br](mailto:sesconpe@truenet.com.br)  
<http://www.brasilnet2000.com.br/sesconpe>

## SESCON - Piauí

Pres.: Tertulino Ribeiro Passos  
R. Honório de Paiva, 607 - Piçarra  
64001-510 - Teresina/PI  
Telefax: (86) 222.6337  
[sesconpi@analisecontabilidade.com.br](mailto:sesconpi@analisecontabilidade.com.br)

## SESCON - Ponta Grossa

Pres. Luiz Fernando Saffraider  
R. Comendador Miró, 860 - 1º andar  
84010-160 - Ponta Grossa/PR  
Tel. (42) 222.1096 - Fax: (42) 222.5040  
[sesconpg@convoy.com.br](mailto:sesconpg@convoy.com.br)

## SESCON - Rio de Janeiro

Pres.: José Augusto de Carvalho  
Av. Presidente Vargas, 542 - Centro - sl.1906 -  
20071-000 - Rio de Janeiro/RJ  
Tel (21) 233.8868 - Telefax - (21) 233.8899  
[sesconrj@domain.com.br](mailto:sesconrj@domain.com.br)  
<http://www.bbcont.com.br/sesconrj>

## SESCON - Rio Grande do Norte

Pres.: Rui Cadete  
R. Princesa Izabel, 762 - Cidade Alta  
59025-400 - Natal/RN  
Telefax. (84) 221.5529 - 1102  
[ruicadete@digl.com.br](mailto:ruicadete@digl.com.br)

## SIECONT - Rondônia

Pres.: Antonio Sivaldo Canhin  
R. Joaquim Nabuco, 2.699 - Altos - sl.4 - Bairro  
São Cristovão - 78902-450 - Porto Velho/RO  
Tel. (69) 224.4842 - Fax: (69) 224.6625  
[siecont@portovelho.br](mailto:siecont@portovelho.br)  
<http://www.canhin.com.br>

## SESCON - Roraima

Pres.: Maria de Fátima Bezerra da Silva  
Av. Getúlio Vargas, 687-W - Centro/Anexo -  
69301.030 - Boa Vista/RR  
Tel. (95) 623.0724 - Fax. (95) 623.0555  
[fatima@technet.com.br](mailto:fatima@technet.com.br)

## SESCON - Santa Catarina

Pres.: Vilson Wegener  
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - 3º andar - bl.B - sl.306  
89201-906 - Joinville/SC  
Telefax (47) 433.9849/1131  
[sesconsc@sesconsc.org.br](mailto:sesconsc@sesconsc.org.br)  
<http://www.sesconsc.org.br>

## SESCON - São Paulo

Pres.: Carlos José de Lima Castro  
Av. Tiradentes, 960 - Ponte Pequena  
CEP 01102-000 - São Paulo - SP  
Telefax: (11) 3328-4900 - Fax: 328-4940  
[sesconsp@sescon.org.br](mailto:sesconsp@sescon.org.br)  
<http://www.sescon.org.br>

## SESCON - Sergipe

Pres.: Wladimir Alves Torres  
R. Siriri, 496 - sl. 4 - 1º andar - Centro -  
49010-450 - Aracaju/SE  
Tel (79) 214.0722 - Fax (79) 213.7058  
[sesconse@infonet.com.br](mailto:sesconse@infonet.com.br)  
<http://www.netdados.com.br/~sesconse>

## SESCON - Sul Fluminense

Pres. William de Paiva Motta  
Av. Joaquim Leite, 604 - sl. 211 - Centro  
27340-010 - Barra Mansa/RJ  
Tel. (24) 323.1755 - Telefax. (24) 323.8318  
[sesconsul@uol.com.br](mailto:sesconsul@uol.com.br)

## SESCON - Tocantins

Pres.: Antônio Luiz Amorim Araújo  
ACNO - Cj 03 - Lote 20 - Sl 25 - Galeria Feltran  
77013.020 - Palmas/TO  
Telefax (63) 215.3395  
[audicon@uol.com.br](mailto:audicon@uol.com.br)



# FENACON

R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43  
01413.000 - São Paulo - SP  
Telefax (11) 3063.0937

## Diretoria da Fenacon 2001/2003

### Presidente

Pedro Coelho Neto

### Vice-Presidente - Região Sudeste

Antônio Marangon

### Vice-Presidente - Região Nordeste

José Geraldo Lins de Queirós

### Vice-Presidente - Região Sul

Mário Elmir Berti

### Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte

Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta

### Diretor Financeiro

Antonio Carlos Bordin

### Diretor Administrativo

Roberto Wuthstrack

### Diretor de Relações Institucionais

Haroldo Santos Filho

### Diretor Social e de Eventos

José Roservaldo Evangelista Rios

### Diretor de Relações do Trabalho e Assuntos Legislativos

Sauro Henrique de Almeida

### Diretor de Tecnologia, Qualidade e Produtividade

Nivaldo Cleto

### Suplentes

Horizon Donizeth Faria de Almeida  
José Eustáquio da Fonseca  
Luiz Valdir Slompo de Lara  
Anastácio Costa Mota  
Maciel Breno Schiffler  
Orival da Cruz  
Cleodon de Brito Saraiva  
Izabel Rodrigues Liipke  
Carlos Alberto do Rego Correa  
Leomir Antonio Minozzo  
William de Paiva Motta

### Conselho Fiscal

#### Efetivos

Jodoval Luiz dos Santos  
José Carmelo Farias  
Antonio José Papior

#### Suplentes

Irany Barroso de Oliveira Filho  
Aluísio Beserra de Mendonça  
Luis Carlos Freitas

### Representação na CNC

#### Efetivos

Pedro Coelho Neto  
Eliel Soares de Paula

#### Suplentes

José Augusto de Carvalho  
Mária Elzira da Costa

# FENACON em

Ano VI - Edição 62

# SERVIÇOS

Fevereiro de 2001/ Circulação: Abril de 2001

## índice

■ espaço do leitor .....	04
■ opinião .....	06
A verdadeira terceirização	
■ go around .....	07
Ainda somos enganados	
■ matéria de capa .....	08
. Evasão dos peritos	
. Apesar de ser imprescindível para a solução de processos judiciais que exigem parecer técnico, a atividade de perícia vem sofrendo tamanha desvalorização que já provoca o abandono de profissionais experientes	
■ 9ª Conesc .....	12
. Megaevento em Recife	
. Abertas as pré-inscrições para o evento bienal da Fenacon: a Conesc - Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, que terá sua nona edição em novembro, na capital pernambucana	
■ educação .....	14
. Escolas defasadas	
. Mais de 15 mil contadores e técnicos em contabilidade fizeram, em março, o exame de suficiência do CFC. Pré-requisito para a obtenção do registro profissional, o exame mostra falhas na formação e o quanto as escolas estão defasadas	
■ justiça .....	15
. Cofins em xeque	
. STJ garante isenção da Cofins à empresa contábil gaúcha.	
. Decisões monocráticas e acórdãos já somam 29 em favor das sociedades civis de profissões regulamentadas	
■ rápidas .....	16
■ marcas & patentes .....	17
. Mais fácil e barato	
. Internet agiliza, desburocratiza e torna mais barato o processo de busca e registro de marcas	
■ internet .....	18
. Nova tendência para conexão de dados e internet	
. Soluções Wireless LAN permitem interligar computadores dentro de uma empresa sem a necessidade de cabeamento, utilizando o sistema de comunicação por rádio	
■ mini-guia da web .....	19
■ qualidade .....	20
. ISO 9002 na contabilidade	
. Empresa contábil do Paraná é certificada com ISO 9002	
■ imposto de renda .....	22
. Alertas importantes ao contribuinte	
. Inconsistências vetadas	
■ ficha de inscrição - 9ª conesc .....	26

## expediente

A revista **Fenacon em SERVIÇOS** é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

**Home Page:** <http://www.fenacon.org.br>

**Tiragem:** 55 mil exemplares

**Auditoria de Circulação:** Villas Rodil Auditores Independentes - Tel (11) 3846-7077

**Circulação:** nacional - empresas de setores de serviços ligadas ao Sistema Fenacon, instituições de ensino superior, órgãos governamentais, represen-

tantes dos poderes legislativo e assinantes em geral.

**Jornalista Responsável:** Diva de Moura Borges

**Produção Editorial:** BST Comunicação Ltda

**Reportagens e Redação:** André Luiz de Andrade

### Conselho Editorial

Pedro Coelho Neto,  
Mário Elmir Berti,  
Gerson Lopes Fonteles,  
Sérgio Approbato Machado,  
José Antonio de Godoy

### Para falar com:

- Redação da Revista  
- Departamento de Assinaturas  
- Departamento Comercial (Anúncios)

**Ligue:**  
(11) 3063.0937      3082.2218  
3088-8056      3088-5774

### Escreva:

Rua Augusta, 1939 - Cj 42 e 43  
Cep 01413-000 - São Paulo - SP  
**Ou mande um e-mail:**  
[revistafenacon@uol.com.br](mailto:revistafenacon@uol.com.br)

## ■ GPS Eletrônica

Quero manifestar meu apoio à manifestação do contador Olímpio Moritz, questionando não a possibilidade, mas a obrigatoriedade de débito eletrônico da GPS. Isto não tem nada a ver com sonegação ou não, como comentado na coluna “go around”. Tem a ver com inúmeras empresas que simplesmente não possuem a tecnologia e tampouco são viáveis para tê-la, de modo a fazer seus pagamentos via internet. Colocar isto num terminal de auto-atendimento é fazer o jogo dos bancos, com lucros cada vez maiores e cada vez mais despersonalizados.

O futuro logicamente não será outro que o débito eletrônico, mas, por decreto, por imposição, fixar uma data destas revela quão distante da realidade estão os burocratas.

Meu escritório sempre prezou pelo uso da mais alta tecnologia. Isto, porém, não quer dizer que todas as empresas, o contribuinte em geral, tenham as mesmas condições.

A exigüidade dos prazos igualmente é revoltante. Hoje os contadores em geral fazem muitos dos serviços que originalmente eram feitos pela própria autoridade tributante. Agora, parece que até os serviços dos bancos as empresas devem passar a assumir.

Nossa crítica é quanto à obrigatoriedade, pois a possibilidade do pagamento eletrônico é louvável.

Rolf Hartmann  
Dúnamis Contabilidade e Auditoria S/C Ltda  
E-mail: [dunamis@dunamis.srv.br](mailto:dunamis@dunamis.srv.br)

## ■ Previdência

É preciso entender que, ao implementar a introdução da Gfip no cotidiano das empresas, houve uma imposição. Faltou tratamento fiscal diferenciado aos micros e pequenos empresários. A Previdência forçou; obrigou as empresas a se adequarem ao sistema. O mesmo vai ocorrer com os pagamentos das contribuições. É preciso saber se as micro e pequenas empresas estão preparadas no tocante à informatização.

Jorge Santana

Santo Amaro - BA

## ■ Prazos mantidos

Parabéns Pedro Coelho, pela sua luta em defesa dos contribuintes brasileiros.

Nilson Goedert  
[nilsonjg@rgcontadores.com.br](mailto:nilsonjg@rgcontadores.com.br)

## ■ Boletim Fenacon-NetIOB

Percebi que neste informativo consta alguma informação sobre o Rio Grande do Norte (com relação ao IPVA). Como são raras as informações sobre meu Estado, na qualidade de auditora fiscal do RN e de leitora assídua destes boletins, gostaria de saber por que são tão poucas as informações sobre ICMS e IPVA do meu Estado? Seria falta de informantes ou falta de fontes? Não sei qual o critério utilizado para divulgar as informações, mas posso enviar as novidades relevantes, a fim de divulgá-las em maior escala.

Margarida Célia Rodrigues de Sousa  
[margarida@rn.gov.br](mailto:margarida@rn.gov.br)

*Diretor de tecnologia da Fenacon,  
Nivaldo Cleto, responde:*

As informações divulgadas são fornecidas pela NetIOB numa parceria com a Fenacon. Estamos investindo na melhora do nosso portal e estudando a possibilidade de contratar estagiários para a coleta das principais notícias em cada Estado e nas principais cidades brasileiras, criando-se assim boletins regionais.

## ■ Sonegação

Gostei muito da “Palavra do Presidente” publicada na Revista Fenacon em Serviços, edição nº 61. Parabéns Pedro Coelho Neto, pois foi muito autêntico e corajoso em falar que, com certeza, existe um número considerável de sonegadores, não porque queiram, mais sim por necessidade. Acredito também que a sonegação existe, pelo fato de que nossos governantes não nos mostram frutos da aplicação do dinheiro público.

Por exemplo, sou de Franca, São Paulo, e vijo muito à capital. Há cerca de 4 anos não tinha-

mos pedágio. Hoje temos de 6 a 8, um absurdo pois o IPVA foi criado para a manutenção das estradas. Outro problema é o nosso sistema de saúde de péssima qualidade, o sistema de educação e a moradia idem. Pergunto, então, qual a função do governo, pois se temos que pagar tudo para usufrirmos de uma vida melhor, onde está sendo aplicado nosso dinheiro? Será que isso também não leva à sonegação?

Valdir Domingues  
Novo Plano Contabilidade  
Franca SP  
E-mail - [novoplano@aci-franca.org.br](mailto:novoplano@aci-franca.org.br)

## ■ Prêmio Anefac-Fipecafi

Gostaria, se possível, de uma informação sobre o Prêmio Anefac-Fipecafi-Bovespa. Para fins de trabalho de faculdade, preciso saber quais são os ganhadores do prêmio nos anos de 1997-1998-1999, incluindo os demonstrativos em anexo.

Cléo - [cleandete@bol.com.br](mailto:cleandete@bol.com.br)

## ■ À beira de um ataque de nervos

Parabéns pela excelência das matérias da Revista Fenacon em Serviços, nº 61. Gostei muito das matérias sobre o Simples, sigilo bancário, ‘Susto de Carnaval’ e principalmente ‘À beira de um ataque de nervos’. Com relação a esta última, segue abaixo cópia de e-mail que enviei à Caixa Econômica Federal, no dia 21/03/2001:

“Caros Senhores. Gostaríamos de explanar algumas dificuldades que encontramos junto à agência 0296 da Caixa Econômica Federal. Somos uma empresa contábil e um de nossos clientes trabalha apenas com menores de idade, registrando-os aos 16 anos e demitindo-os em vias de completar os 18. Possui uma média mensal de 40 contratações, a mesma média de rescisões, ocorrendo picos em alguns meses. Além do recolhimento do FGTS, buscamos as agências da Caixa em dois outros momentos para o cadastramento no PIS e para o extrato do FGTS para fins rescisórios.

O primeiro problema foi na obtenção do

Frim

extrato do FGTS. A CEF pede 5 dias úteis. Apresente um pedido de extrato com 40 nomes e verifique que apenas eventualmente este prazo será cumprido! Na maioria das vezes a demora é de, no mínimo, duas semanas, ocorrendo as mais diversas desculpas para isso (poucos funcionários, muito movimento etc. ...).

Cansados disso, solucionamos o problema com a adoção do Linha Azul, consulta do extrato via Rempac. O sistema é lento (9.600 bps), primitivo (impressão por 'print screen'), por ser em DOS não funciona com os 'modems' mais modernos (com IRQ acima de 09), possui tempo de auto-desconexão não configurável (20 minutos), mas resolveu o problema.

Agora, a dificuldade está na contratação: o mesmo prazo de 5 dias úteis é solicitado para o fornecimento do número do PIS (apenas o número, o cartão demora perto de 20 dias, quando não mais). E novamente o prazo não vem sendo cumprido. Só que este problema não possui soluções alternativas.

Recentemente tivemos 84 contratações no dia 25 de determinado mês. Somente conseguimos gerar a Gefip após consulta ao seu serviço 0800, serviço esse que retorna apenas 5 inscrições por ligação. Foram mais de 160 ligações!! Sem contar os problemas com números anotados ou passados errados, erros (de digitação) no próprio cadastro da CEF etc. ...

Estivemos na agência conversando com a gerência na busca de alternativas. Saímos de lá com a seguinte solução: abram uma conta na Caixa. Abrindo uma conta-empresa, passaremos a ser atendidos por um gerente 'especial' que dará uma atenção também 'especial' a todas as nossas necessidades.

E qual seria o procedimento do gerente 'especial'? Será que vocês colocam os clientes da Caixa nas primeiras posições na fila de digitação do cadastro do PIS, deixando os não clientes por último? Não são essas facilidades que buscamos! Consideramos isso totalmente insatisfatório, para dizer o mínimo. Não buscamos a Caixa

Econômica Federal por opção, somos obrigados! Se a Caixa oferece juros, capital de giro, crédito e diversidade de agências em situação de vantagem com relação aos bancos, então a questão passa a ser meramente comercial. Neste caso não é e não pode ser tratado como se fosse.

A Caixa quer oferecer vantagens? Atendimento diferenciado? Então disponibilize sistema de cadastramento on-line via Rempac ou Internet, por e-mail, por programa próprio enviado pela Internet como o Caged, DIPJ ou IRPF. Ou ainda um aplicativo no qual as informações necessárias ao cadastro são digitadas e o arquivo gerado entregue nas agências, como a Gefip. Os contabilistas agradecem. Se o usuário não tem opção, a Caixa Econômica Federal também não: tem por obrigação atender às necessidades de todos da mesma forma e nos mesmos prazos, com rapidez e eficiência, no que diz respeito ao PIS e ao FGTS.

**Ricardo Coppo Rohwedder**  
Org. Rohwedder de Contabilidade  
arcont@correionet.com.br

### ■ Simples

Parabenizo a Fenacon e o NPECT pela campanha que vêm desenvolvendo em defesa das empresas contábeis para inclusão no Regime Simplificado de Tributação. Sinto-me gratificado por ter uma representação digna em defesa da nossa classe profissional.

**Remi Haroldo Gleich**  
União da Vitória - Paraná  
gleich@net-uniao.com.br

### ■ Tiro de Largada

Toda minha solidariedade, referente a 'Tiro de Largada', Revista Fenacon em Serviços, edição 61, pág. 11. Precisamos de uma reforma tributária profunda para valer. O nosso governo não é progressista, se fosse já teria feito esta reforma para combater o desemprego dando início ao crescimento produtivo do nosso Brasil. Sem reformas profundas esta Nação não se desenvolverá.

Proponho um abaixo assinado para fazer valer pelo menos o princípio de equidade em nossa cidadania.

**João Luiz Loureiro de Mello**  
Escritório Contábil "JL"  
Sorocaba - SP  
E-mail : jlescrit@terra.com.br

### ■ Exemplares

Como posso receber exemplares desta publicação? Atuo na área contábil há 7 anos.

**Moyses Vilmar Scheidt**  
Exímia Assessoria Contábil  
Curitiba - PR  
moyses.eximia@ig.com.br

### ■ Números atrasados

Gostaria de completar a minha coleção da Revista Fenacon e, para isso, solicito alguns números atrasados: 1996, nº 01 ao 12; 1997, nº 13, 15 e 17; 2000, nº 60; 2001, nº 61 e 62. Também não recebi as últimas revistas referente a dezembro, janeiro e fevereiro. Há algum problema na distribuição ou no meu cadastro?

**Daniel Rubem de Castro Duarte**  
Maceió - AL  
danielru@dialnet.com.br

### ■ Nova revista

Tenho uma empresa de assessoramento no segmento de importação e exportação. Tenho lido e gostado da revista da Fenacon há algum tempo. Gostaria de parabenizá-los pela nova 'roupagem' dada à revista. Ela está moderna e útil. Os pontos altos da nova revista são: 1 - A coluna do Dr. Celso; 2- A coluna do diretor Nivaldo, que eu já conhecia e 3- A coluna do diretor Haroldo, que é nova e achei muito inteligente e interessante. Continuem assim prestando este serviço de qualidade. Nosso segmento sente-se menos desamparado com a participação de vocês.

**José Carlos Minoru**  
jcmminoru@bol.com.br  
São Paulo - SP

E-mails para esta seção devem ser enviados para [revistafenacon@uol.com.br](mailto:revistafenacon@uol.com.br). As mensagens enviadas à Revista *Fenacon em Serviços* somente serão publicadas com devida identificação do leitor: *Nome, Endereço Completo e Telefone*. Por motivos de espaço, a redação se reserva o direito de publicar de modo resumido o conteúdo das mensagens dos leitores.

# DP Comp

# A verdadeira terceirização

Mário César de Magalhães Mateus

Vivemos em tempo de competitividade – e quem quiser sobreviver e ter sucesso terá de adaptar-se às mudanças que se processam numa velocidade cada vez mais assombrosa. Citado por Philip Kotler, em *Marketing para o Século XXI*, Richard Love, da Hewlett-Packard, afirma: “O ritmo da mudança é tão rápido que a capacidade de mudar tornou-se, agora, uma vantagem competitiva.” E Jack Welch, presidente da General Electric, também citado por Kotler, é mais radical: “Mude ou morra.”



Contexto Fotográfico

Na verdade, a capacidade de mudar e de adaptar-se ao novo é o que distingue uma empresa de sucesso, é o que dá a ela condições de atravessar períodos de crise, sem sucumbir aos desafios. Saber a hora de mudar, contudo, é de extraordinária importância. Não se pode tomar decisões precipitadamente, sem antes avaliar a situação em toda a sua abrangência. Mudança implica reflexão e racionalidade, minucioso estudo da melhor estratégia – e a melhor estratégia é sempre aquela que nos conduz aos objetivos previamente definidos.

Tomemos a terceirização como um exemplo da necessidade de mudança. Há aqueles que ainda a temem e a consideram um modismo inútil, mal sabendo que ela não é tão nova assim – seu surgimento está ligado à II Grande Guerra, quando a indústria bélica americana a praticou porque, em decorrência da necessidade de concentrar seus esforços na produção de armamento, soube enxergar as vantagens da contratação de terceiros para a execução de atividades

**O que se pretende, ao delegar a terceiros tais atividades, é criar meios e adotar estratégias para que possamos produzir mais e vencer no competitivo mercado desses tempos da “era do conhecimento”**

secundárias que permitiram maior concentração de esforços no fim maior: a produção de armas.

Nós não estamos em guerra, diriam alguns. Graças a Deus, não estamos mesmo. A guerra que vivemos é a do mercado, a que envolve a vida ou a morte de nossas empresas. Mudar ou morrer, como diria Jack Welch. Mudemos, pois. Mudar é melhor do que morrer. Busquemos as inovações, mas busquemo-las depois de uma séria e detida análise do nosso negócio. Se é

preciso terceirizar, terceirizemos. Antes de fazê-lo, contudo, levemos em conta o que realmente importa ao terceirizar: a redução de custos, o aumento da capacidade de produção, a concentração maior de esforços em nossa atividade-fim.

Mas não percamos de vista o terceirizado. Terceirização não significa alheamento do terceirizador em relação às atividades secundárias delegadas.

Tais atividades continuam, naturalmente, integrando o universo da empresa contratante que, ao assinar o contrato, tem em mira o incremento da produção de sua atividade principal. A necessidade de controle racional e lógico prende-se, naturalmente, ao fato de que o terceirizado não conhece a filosofia da empresa, daí a necessidade de acompanhar, principalmente nos primeiros momentos, a execução das atividades contratadas.

Na verdade, temos aqui uma parceria e é indispensável que o parceiro tenha o apoio e as ferramentas necessárias para o seu melhor desempenho. Mas é preciso que fique claro: terceirizar não quer dizer abrir mão das atividades secundárias da empresa. O que se pretende, ao delegar a terceiros tais atividades, é criar meios e adotar estratégias para que possamos produzir mais e vencer no competitivo mercado desses tempos da Era do Conhecimento.

Mário César de Magalhães Mateus é sócio-diretor da Matur Organização Contábil, técnico em contabilidade, bacharel em Direito e pós-graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas - FGV



Haroldo Santos Filho

## Ainda somos enganados

*O brasileiro tem muito o que comemorar. Neste ano, festejamos os 10 anos de vigência do código de defesa do consumidor (CDC), Lei 8.078. Este foi, sem dúvida, um dos poucos dispositivos legais que, após a sua edição, atingiu quase em plenitude seus objetivos sociais, melhorando sobremaneira a relação existente entre o cidadão consumidor e o empresário. Na linguagem popular, podemos dizer que esta lei, de fato, “pegou”.*

*Com uma clareza textual incisiva, o CDC regulou cláusulas contratuais (antes abusivas), reduziu a publicidade enganosa, obrigou que se informassem prazos de validade e informações técnicas nas embalagens dos produtos e, o que é mais importante, trouxe de volta às pessoas o valor que antes só se via em países de primeiro mundo.*

*Não obstante este indiscutível sucesso, o código merece algumas adaptações, como de fato já vem ocorrendo. Além disso, formas de fiscalização de seu cumprimento mais eficazes deveriam estar sendo implementadas pelo poder público, de maneira que esta responsabilidade não ficasse inteiramente sobre os ombros de quem efetivamente paga a conta, a população.*

*Sem maiores esforços verificamos que ainda estamos rodeados de agressões ao CDC e pouco se tem feito contra isso.*

*Toda vez que vejo na mídia publicidade de pomadas que fazem emagrecer, medalhas com pedacinhos do manto de Cristo e ervas que curam câncer (“em qualquer estágio”), tenho vontade de perguntar: por que o governo, aparentemente, não inibe este desrespeito? Ou será que eles acreditam nestes milagres...?*

*Há um ditado que diz: “não existe almoço de graça”. E é verdade. Quando vejo alguma empresa promover a idéia de que vende algo “parcelado e sem juros” tenho vontade de me dirigir até o responsável e, educadamente, perguntar: “você acha que eu sou trouxa?...”.*

*O pior é que se você quiser pedir um desconto para pagar à vista, tenho certeza, de que a maioria das lojas não dará. Sabe por quê? Porque dentro de uma política comercial obtusa, (mal) copiada dos nossos “irmãos” ricos do norte, é melhor perder o cliente, do que confidenciar os juros praticados pela empresa. Desta forma, se você comprar à vista nesta loja, estará pagando os juros embutidos.*

*O país que já fez o mais difícil com a implantação do código de defesa do consumidor, deveria emvidar mais esforços para corrigir estas arestas. Outra medida importantíssima seria a inclusão, nos cursos de primeiro e segundo graus, de matérias que tratassem de noções básicas de orçamento doméstico e de matemática financeira. Esta solução faria justiça àqueles que, por acaso, não chegassem à faculdade, onde receberiam naturalmente estas noções, ainda assim dependendo do curso. Este conhecimento desagradaria a muitos pois reduziria o enriquecimento fácil, com base na ignorância do povo. Então, a partir desta Páscoa, você pode até acreditar no “coelhinho”, mas não se iluda com lojas que vendem a prazo e sem juros.*

## Sistema Fenacon

*Muitas vezes, quando as pessoas se referiam ao sistema composto pela Fenacon e pelos sindicatos filiados usavam o termo “Sistema Fenacon/Sescons”. Alguns sindicatos reivindicaram uma correção no termo, pois suas entidades não possuíam o nome abreviado Sescon. Além disso, o “CON” lembra muito contabilidade e este não é o único segmento representado pelo sistema. Boa hora para uma mudança de hábito: o termo “Sistema Fenacon” nasce tão forte quanto o sistema que nomina!*

## Painel viciado

*O Senado brasileiro está às voltas com a denúncia de que o painel eletrônico de votação teria sido adulterado de forma a possibilitar a manipulação de resultados. Para os parlamentares, o mais grave é que haveria a possibilidade de o sigilo dos votos ter sido quebrado. Independente do regimento interno desta Casa, e enquanto não terminam as investigações, gostaria de saber se o político tem mesmo o direito de “esconder” seu voto. Assim, como o representado poderá saber se ele votou algo contra ou a favor de seu interesse?*

## Vocação de pato

*Em recentes negociações com a AT&T do Brasil, pude observar que eles praticam os ensinamentos da mais moderna cartilha de administração. A famosa “partnership”, aqui conhecida por todos como “parceria de negócios” é amplamente utilizada naquela empresa. Eles possuem um produto principal e agregam valor a ele, com diversos serviços e produtos oferecidos e garantidos por terceiros, que por sua vez, são os melhores naquilo que fazem. Quando perguntei a um gerente por que eles levavam isso tão a sério, ele disse: “A AT&T não pretende ser um pato que anda, nada e voa, mas faz tudo mal feito”.*

## Administrador na internet

*O Conselho Federal de Administração (CFA) está com um site muito interessante na Internet ([www.cfa.org.br](http://www.cfa.org.br)). Entre outros serviços de utilidade aos administradores do Brasil, o site procura destacar a importância desta profissão para o desenvolvimento do país, com frases do tipo “Administrador. Toda organização precisa de um.” Alguém duvida disso?!*

Haroldo Santos Filho é empresário contábil, engenheiro e diretor de Relações Institucionais da Fenacon E-mail - [haroldo@fenacon.org.br](mailto:haroldo@fenacon.org.br)

# Evasão dos peritos

**Apesar de ser imprescindível para a solução de processos judiciais que exigem parecer técnico, a atividade de perícia vem sofrendo tamanha desvalorização que já provoca o abandono de profissionais experientes**

por André Luiz de Andrade

Segundo Ubirajara Lino Cardoso, presidente da Associação dos Peritos Contadores na Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Aspecon, os valores arbitrados pelos juizes vem sendo “massacrados” de tal forma que, muitas vezes, não cobrem sequer custos de papel e combustível para as diligências. “Os juizes têm arbitrado honorários bem inferiores aos que seriam justos pelo nosso trabalho. Alguns valores chegam a ser irrisórios”.

Foi o que aconteceu como o presidente da Associação de Peritos Judiciais do Estado de São Paulo, Rubens Monton Coimbra. Ele produziu um laudo para um processo de falência, entregue em 1996. Na época, o arbitramento foi aviltado. “Não me lembro os números, mas o valor foi baixo”. Sem contar com a desvalorização monetária ao longo do tempo, Coimbra receberia hoje pelo trabalho R\$ 35. Receberia.

Como tudo o que foi conseguido arrecadar da massa falida foi destinado, na ordem da lei, ao pagamento de tributos federal, estadual e municipal e empregados (que receberam parte do que era devido), Coimbra não viu a cor do dinheiro. “Tive prejuízo”.

Esse é outro problema da atividade de perícia: o retorno financeiro pode vir vários anos após a entrega do laudo. Mas as despesas diretas e indiretas envolvidas na confecção do documento não esperam. “Pagamos na frente, prestamos o serviço e ficamos na dependência de receber”, reclama Coimbra. Segundo ele, o juiz deve ter em mente que o perito é um profissional liberal, portanto não tem retaguarda, como o FGTS, Férias, 13<sup>o</sup>”. Além disso, precisa arcar com os custos do escritório, equipe de apoio. “Quando você entrega o laudo isso tudo já está pago, mas você só recebe no final”, lamenta.

A remuneração do perito possui características específicas, pois está diretamente vinculada à decisão do principal cliente da perícia: o juiz. Os valores dos serviços cobrados pelo perito não são regulamentados por nenhuma norma legal. Ficam a cargo do juiz. Nos processos judiciais, vale o arbitramento.

Nos casos de perícias extrajudiciais e assistências técnicas, vale o livre acordo entre o perito e a parte contratante.

## Justiça trabalhosa

No caso específico da justiça trabalhista, a situação é pior. Como em ações trabalhistas existe o princípio da gratuidade para o reclamante, se este perde a ação é liberado de qualquer pagamen-

to. Inclusive o do perito. E, mesmo nos acordos, o perito sai perdendo. Algumas vezes, a proposta da empresa para a homologação do acordo inclui a redução dos valores do perito.

“Por que o próprio advogado não diz - eu vou abrir mão de parte dos meus honorários?”, indaga Cardoso. O perito simplesmente não é ouvido no momento do acordo. Só toma conhecimento da redução de seus honorários quando sai o alvará ou a notificação, “até mesmo porque o perito não tem o hábito de acompanhar os processos”, reconhece o presidente da Aspecon.

Outra área problemática é a da Justiça Federal, principalmente em ações que envolvem o Sistema Financeiro da Habitação. O diretor da Câmara de Perícias do Sescap/PR, Wilson Zappa Hoog, confirma que muitos profissionais estão se afastando pelos baixos valores arbitrados, em alguns casos, inferiores ao custo do serviço, o que abre lacunas para profissionais inexperientes e sem qualificação.



Contexto Fotarquivo

O diretor da Câmara de Perícias do Sescap/PR, Wilson Zappa Hoog confirma: “Muitos profissionais estão se afastando pelos baixos valores arbitrados”



Ilustrações em bico de pena Conceição Cáu

“Há processos com 5, 6 substituições”, afirma Hoog. Esses profissionais ajudam a desvalorizar ainda mais a atividade de perícia, pois se propõem a trabalhar por baixos honorários, que acabam sendo aceitos pelos juizes.

“Em um ano e meio, dois anos, os juizes começarão a ter problemas com laudos sem qualidade produzidos por peritos inexperientes”, diz Hoog. Já nas demais áreas da Justiça Federal, como em ações que envolvem tributos federais e empresas federais, como a CEF, o problema é menor, pois exigem experiência maior do perito. “Da forma como está hoje, muitos colegas vêm abandonando a atividade por problemas de ordem econômica”, lamenta Ubirajara Cardoso.

## **Complexidade**

Se, por um lado, os valores arbitrados pelos juizes são aviltantes, por outro, a natureza da atividade obriga a um trabalho muitas vezes demorado e complexo. O valor fixado deve abranger portanto não só um ganho financeiro à altura de um profissional de nível superior, mais a recuperação dos custos administrativos e operacionais e dos investimentos em materiais, equipamentos, formação profissional etc.

“É condição indispensável ao perito estar em constante atualização - ter acesso à legislação, periódicos, livros técnicos, eventos...”, destaca Ubirajara Cardoso e acrescenta: “em alguns casos, o processo requer viagens que não são levadas em consideração pelos juizes”, citando um dos diversos custos que envolvem o trabalho do perito.

O tempo é outro fator importante. A quantificação dos custos deve prever o tempo a ser despendido na realização do trabalho, que envolve procedimentos como a leitura e a análise dos autos, dili-

gências para a busca de documentos, planilhamento dos dados, cálculos e discussão com o assistente técnico ou perito extrajudicial.

Outro ponto que nem sempre é observado pelo juiz é que a complexidade do trabalho do perito não é necessariamente equivalente ao ‘tamanho’ da causa. “Muitas vezes a causa é pequena, mais o trabalho pericial é muito grande. É discutida uma causa de R\$ 2 mil, mas que requer um trabalho pericial de operações que preexistiram há vários anos”, diz Cardoso.

## **Causas**

Mas por que o problema acontece? “Talvez nós não tenhamos conseguido sensibilizar o juiz sobre o quanto o nosso trabalho irá ajudá-lo no processo”, opina Ubirajara Cardoso. Mas será que o problema é apenas de insensibilidade dos juizes?

Para o perito Antonio Carlos Moraes da Silva, empresário contábil e conselheiro do CFC, a desvalorização começa pelo próprio perito, que não está preparado para mostrar com clareza quais serão seus custos ao longo do processo de elaboração do laudo - quanto vai gastar, como, porque, em quanto tempo. Ou seja, porque o valor cobrado pelo seu trabalho é justo. “Como eu não prevejo a situação de ter de me deslocar de um Estado a outro?”, exemplifica Silva.

Para Silva, é fundamental que a oferta de honorários já seja parte de um planejamento detalhado de todo o processo de trabalho. Na planilha de custos deve constar todos os aspectos que levaram o profissional a determinada estimativa de valores, como a necessidade de viagens, estadias, diligências para a busca da prova, incluindo a apresentação de justificativas. “O juiz tem o poder de arbitrar. A lei o confere isso. Mas no momento em que o honorário é bem planejado, a apresentação é bem feita, com a comprovação da sua veracidade, se impede até que as partes impugnem o valor”, defende Silva.

Quando isso não acontece, “o juiz acaba arbitrando o valor, pois ele acha que falta clareza, ele não encontra legitimidade para o valor proposto”. Neste caso, segun-

**O presidente da Associação de Peritos Judiciais de São Paulo, Rubens Monton Coimbra, contabiliza os inúmeros prejuízos sofridos na atividade**



do Silva, a situação é grave, pois quando um juiz arbitra um valor baseado em avaliação própria significa que está chamando o perito de incompetente, desvalorizando o profissional. “Considero um desprestígio. Mas na maioria das vezes isso acontece com razão. Nesses casos é preferível que o perito renuncie do cargo”.

Isso quando não acontece o pior – o perito é destituído do cargo por falta de justificativas. “O perito despreparado leva consigo de antemão a marca da incompetência”, alerta.

## **‘Peritos leigos’**

Em trabalho sobre ‘Honorários Periciais’ apresentado durante a 6ª Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, o presidente da Aspecon concorda com a reclamação do conselheiro do CFC, Antonio Carlos Moraes da Silva. “Não é raro ouvirmos dos juizes relatos sobre as dificuldades encontradas para deferimento dos honorários, pois não há, em muitas ocasiões, justificativas consistentes para o valor proposto pelo perito”, destacou Ubirajara Cardoso.

No trabalho, ele ainda afirma: “a adoção de petições simplórias para o requerimento dos honorários contribuem de forma negativa para a valorização do trabalho do perito, pois se o profissional não explana toda a complexidade que a matéria objeto do laudo pericial apresenta, como este profissional vai esperar que o leigo, a quem o laudo é destinado, valorize o que ele desconhece?”.

Tal despreparo, segundo Antonio Carlos Silva, leva a outro problema comum da categoria: a proliferação de ‘peritos’ leigos, que acabam tomando o lugar do profissional. “Quando o juiz se depara com um perito despreparado ou que se mostra despreparado, arbitra o honorário

**Para Antonio Carlos Moraes da Silva, empresário contábil e conselheiro do CFC a “desvalorização começa pelo próprio perito, que não está preparado para mostrar com clareza quais serão seus custos”**



**Ubirajara Lino Cardoso, presidente da Associação dos Peritos Contadores na Justiça do Rio Grande do Sul: “os valores arbitrados muitas vezes, não cobrem sequer custos de papel e combustível para as diligências”**



ou o destitui, abrindo espaço vazio para o leigo”.

## **Escola**

Mas talvez a dificuldade do perito em elaborar um orçamento de honorários correto possa ser compartilhado com as universidades. “Falta conhecimento, um treinamento para ensinar o perito como elaborar o custo”, critica Silva, que também é professor de pós-graduação na cadeira de Perícia Contábil em diversas universidades. Silva lembra que o próprio curso de contabilidade já desvaloriza o perito ao conferir apenas um semestre à cadeira de Perícia. Não existe, por exemplo, uma cadeira para ética do perito. Assim como o próprio planejamento de custos, ética acaba sendo mais um tema a ser discutido timidamente nesse único semestre.

As universidades também apresentam, segundo Silva, outra deficiência. Estão preparadas para formar o contador em seus aspectos técnicos, mas não em especialistas no campo processual. “O perito do juiz deve estar preparado não só no campo técnico-científico, mas também no processual”.

## **Tabela de valores**

Antonio Carlos Silva, que já foi presidente do Sescon/DF, também destacou a importância das entidades de classe na qualificação dos profissionais peritos, promovendo debates, cursos, eventos ou mesmo apresentando os profissionais aos juizes.

É o que já faz, por exemplo, o Sescap/Paraná. No dia 23 de março, a Câmara de Perícias do sindicato promoveu assembleia para a fixação de tabelas de honorários. Na maioria dos casos, são os sindicatos de contabilistas que fixam valores

referenciais para a hora técnica profissional do perito. Hoje, existe um valor de referência de R\$ 140 fixado pelo sindicato dos contabilistas de Curitiba. A proposta do Sescap é que os novos valores referenciais tenham maior flexibilidade, com patamares mínimos e máximos, e levando em consideração o tipo de ação, locais etc.

A Câmara também vem realizando cursos livres de Extensão Universitária em Perícia Judicial em convênio com a Faculdade de Arquitetura e Engenharia – FAE de Curitiba, para a reciclagem dos profissionais peritos. O curso é aberto a todos os profissionais de nível superior. O primeiro foi em dezembro do ano passado. A turma teve 150 alunos. Trinta pessoas ainda ficaram na fila de espera. A próxima turma está prevista para o próximo semestre.

A cada dos meses são promovidas reuniões na sede do Sescap para a discussão de temas ligados à atividade. E recente-

mente foi disponibilizada no site do sindicato uma relação de peritos, trazendo informações de cada profissional, por área de atuação. O objetivo é que o cadastro passe a ser uma fonte de consulta para juizes e advogados. Já se cadastraram 48 peritos. O guia, em abril, ganhará versão impressa, que será distribuída para os juizes do Estado. O guia, na Internet, terá atualização constante. O impresso será atualizado anualmente.

Para contribuir no aprimoramento e atualização da classe de peritos, também foi criada no ano passado a Federação Brasileira de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores – Febrapam, da qual Antonio Carlos Silva é o vice-presidente de Cultura Profissional. A entidade promoverá cursos e pretende realizar este ano um Congresso Nacional de Perícias. A federação já possui entidades filiadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás e Ceará. “O contador brasileiro ainda tem na cabeça que a elite da contabilidade é a auditoria e esquece que a elite da profissão são aqueles que produzem um trabalho bem feito”, conclui Antonio Carlos Silva.

## **Quantificação dos honorários periciais**

**O perito Ubirajara Lino Cardoso relacionou em seu trabalho “Perícia Contábil” os elementos que irão propiciar ao perito identificar a extensão da matéria em exame e estimar o número de horas a serem despendidas durante a execução do trabalho. São eles:**

- **Leitura e análise do processo e/ou busca dos elementos onde encontram-se descritos os fatos a serem analisados;**
- **Avaliação da documentação existente nos autos;**
- **Avaliação da documentação necessária para a elaboração do laudo pericial;**
- **Verificação junto as partes envolvidas ou outras fontes de consulta, da localização dos elementos a serem analisados, objetivando verificar a necessidade de deslocamentos;**
- **Verificar a necessidade de aplicação de equipamentos que serão utilizados na tabulação dos dados e na confecção do laudo, mensurando o tempo de sua utilização e respectivos custos;**
- **Quantificar o numero de horas que serão despendidas na realização das tarefas que serão executadas ao longo da perícia, abrangendo todas as etapas, desde o momento da carga dos autos até a entrega do laudo.**

# MasterMaq

# Exactus

# Megaevento em Recife

**Abertas as pré-inscrições para o evento bienal da Fenacon: a Conesc - Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, que terá sua nona edição em novembro, na capital pernambucana**

“Empresas de Serviços – Instrumento de Desenvolvimento Social”. Este é o tema da 9ª edição da Convenção das Empresas de Serviços Contábeis – 9ª Conesc que acontece este ano, de 25 a 27 de novembro, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Recife. As fichas de pré-inscrição para o evento bienal da Fenacon começam a ser distribuídas. Uma parte está sendo enviada aos Sescons, que ainda estão recebendo ‘banners’ para divulgação do evento em suas bases de representação. A partir desta edição, a *Revista Fenacon em Serviços* também trará a ficha encartada (veja pags. 25 e 26).

Até o final de abril já deverá estar definida a programação completa da convenção, incluindo temas das palestras, palestrantes e a programação social, com os eventos turísticos. No final de maio, começam a ser distribuídos os formulários de inscrição definitivos, com a programação oficial. Quem já preencheu as fichas de pré-inscrição e efetuou o pagamento basta confirmar a presença, preenchendo o formulário definitivo.

A Conesc, maior evento do segmento empresarial contábil do País, este ano, terá um enfoque mais abrangente. Abordará a importância do setor de serviços em seus aspectos sociais e econômicos para o País. Para isso, paralelamente à 9ª Conesc, acontecerá no mesmo local e data, a primeira Convenção Nacional das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas - 1ª Conesa. A expectativa é que os dois eventos recebam 1.500 participantes no Centro de Convenções de Pernambuco. Apenas no segundo semestre do ano passado,



Contexto Fotográfico

mais de 400 pessoas já haviam preenchido fichas de pré-inscrição, distribuídas em eventos do segmento contábil.

Quem já quiser garantir sua participação, deve preencher a ficha de pré-inscrição, com dados pessoais e da empresa, e efetuar o depósito a favor do Sescon/ PE (Conesc), agência 2348-5, da Caixa Econômica Federal, conta corrente 003.00926-4. Os valores são: até 30 de setembro, R\$ 150, para convencionais e R\$ 100 para acompanhantes; a partir de 1º de outubro, R\$ 180, convencionais e R\$ 100 acompanhantes. O pagamento pode ser feito em cheque ou depósito bancário. Cópia do comprovante de depósito bancário

e ficha de inscrição devem ser enviadas por fax para o Sescon/PE (81- 3327-6324).

Em breve, estará no ar o site oficial da 9ª Cones/1ª Conesa com toda a grade de programação, informações turísticas etc. Através dele, também poderá ser preenchido o formulário de inscrição on-line. O sucesso da 8ª Conesc vem gerando expectativas em torno do evento deste ano. A 8ª Conesc, realizada em 1999, reuniu 925 participantes, no Centro de Convenções de Curitiba. O tema foi: ‘O empresário na era dos serviços’. Entre os temas abordados, “Qualidade nas empresas de serviços” e “Estratégias empresariais em um mundo em mudanças”.

## Composição da comissão organizadora da 9ª Conesc/1ª Conesa

Presidente - Geraldo de Paula Batista  
 Vice-Presidente - José Carmelo de Farias  
 1º Coordenador Geral - José Félix de Souza Júnior  
 2º Coordenador Geral - Valdir Renato Coscodai  
 1º Coordenador de Finanças - Almir Dias de Souza  
 2º Coordenador de Finanças - Alba Rosa Nunes Ananias  
 1º Coordenador de Divulgação - Adelvani Braz da Silva  
 2º Coordenador de Divulgação - João Luíz Pereira Borba  
 1º Coordenador Social - Genival Ferreira da Silva  
 2º Coordenador Social - Ferdinan da Silva Moura  
 1º Coordenador de Secretaria - Harry Ancre Barbosa  
 2º Coordenador de Secretaria - Rosivaldo Justino da Silva  
 Representante da Fenacon - José Rosivaldo Evangelista Rios  
 Representante da Fenacon - Valdir Pietrobon



**TORNE SUA EMPRESA UMA PRESTADORA**

**DE SERVIÇOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO**

O Portal da Fenacon destaca sua empresa no mercado.

A ferramenta de atualização com informações em tempo real.

Acesso na página principal às principais notícias e mudanças na legislação tributária.



## Serviços On-Line da Fenacon

- Boletim Diário sobre Mudanças na Legislação (Gratuito)
- Consulta e emissão de Certidões do INSS, Receita Federal, PGFN e FGTS
- Cálculo e emissão de guias de INSS em atraso
- Consulta de Marcas e Patentes (INPI)
- Legislação OnLine - Net - ICB
- Consulta gratuita em tempo real de toda legislação federal (Leis, Decretos, Códigos, Legislação Trabalhista, Previdenciária etc...)
- Diários Oficiais de todo Brasil
- Acompanhamento de Processos Judiciais
- Links com os principais órgãos públicos



Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas

## Escolas defasadas

**Mais de 15 mil contadores e técnicos em contabilidade fizeram, em março, o exame de suficiência do CFC. Pré-requisito para a obtenção do registro profissional, o exame mostra falhas na formação e o quanto as escolas estão defasadas**

Cerca de 15 mil contadores e técnicos em contabilidade de todo o Brasil fizeram, no dia 25 de março, o terceiro exame de suficiência realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Este número é quase cinco vezes maior do que o registrado no primeiro exame, aplicado no início do ano passado, com 3.583 inscritos. O segundo, que aconteceu em setembro de 2000, avaliou 9.166 profissionais.

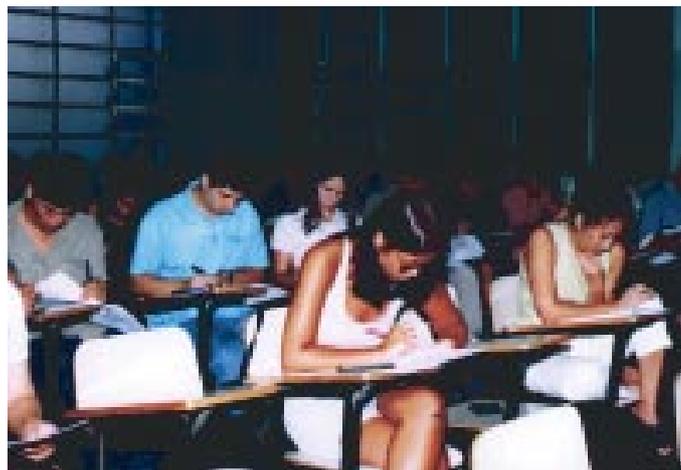
Para o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, isso significa que o exame foi compreendido como um necessário mecanismo de avaliação do grau de conhecimento dos profissionais da contabilidade recém formados. Hoje, a aprovação no exame é pré-requisito para a obtenção do registro profissional junto à entidade.

“Queremos que a sociedade tenha um profissional com bom nível técnico e sociocultural”, defendeu Abrantes. Mas, segundo ele, o objetivo do exame, que contém 50 questões objetivas de múltipla escolha, vai bem além de uma simples aferição dos conhecimentos mínimos de habilitação

do exercício profissional. Ele nasceu em função do fosso cada vez maior entre o que as universidades ensinam e o que mercado de trabalho exige.

“Não queremos avaliar as universidades. Queremos levar às escolas a preocupação e a sensibilização de que elas não estão oferecendo o que o mercado precisa. E que o programa curricular e os professores precisam ser aperfeiçoados”, destacou. O ‘provão’ do CFC seria, portanto, uma espécie de baliza para que a universidade perceba a necessidade de se adequar à realidade do mundo globalizado.

O exame também teria a função de levar ao aluno a consciência do que realmente o mercado de trabalho quer. Segundo o presi-



dente do CFC, caso, no futuro, esses objetivos sejam alcançados, o exame de suficiência poderá até deixar de existir. Mas, por enquanto, isso parece longe de ocorrer. No primeiro exame, a média de aprovação para os contadores foi de 87,78% e para os técnicos, de 75,78%. No segundo, os percentuais de aprovados caíram ainda mais: 61,68% para contadores e 49,60% para técnicos. “É a prova de que tínhamos de adotar o exame”.

### Consolidação do ensino

Milton de Barros Freire Júnior, diretor da Faculdade Trevisan, inaugurada há um ano e meio, em São Paulo, e que oferece os cursos de Ciências Contábeis e Administração, concorda com a visão do presidente do CFC, José Serafim Abrantes. Para ele, o exame é de ex-

**Segundo o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, o exame foi criado devido ao fosso cada vez maior entre o que as universidades ensinam e o que mercado de trabalho exige**



# Demarcas

trema importância, pois consolida o processo de aprendizagem do aluno. “O exame irá dizer se ele está adequado à nova realidade ou se terá que complementar os estudos”.

Freire também reconhece o distanciamento entre o que se ministra nas escolas e a realidade de mercado. “O mercado reage mais rápido às mudanças; mas os cursos estão se modernizando para atender às novas exigências”, afirma. Para isso, segundo ele, alguns temas terão que fazer parte do ‘desenho’ dos cursos de Ciências Contábeis, como os relacionados a informática e ao gerenciamento de empresas.

“Os cursos ainda têm uma visão tradicionalista. Hoje o contador tem uma função mais nobre que no passado. Ele passa a ser um elemento atuante no processo de decisão das empresas, mas os cursos ainda não se adequaram a isso”, cita Freire. Segundo ele, o profissional atual deve ter uma visão mais crítica e analítica, ou seja, interpretativa dos fatos e não mais estar preocupado apenas com o registro dos fatos. “Ele deve ter a percepção de mercado e não só exercer uma atividade operacional”.

Outras matérias terão que receber uma enfoque mais abrangente, como a ‘Ética Profissional’. A abordagem de questões sobre ética no exame de suficiência passará a exigir das universidades um aprofundamento maior do tema. “Temos que ter uma visão mais crítica sobre o Código de Ética, da postura do Contador. Freire faz uma ressalva: a de que a aprovação no exame de suficiência não garante a contínua qualidade do profissional, mas apenas em um primeiro momento de sua vida profissional.



Fotos: Divulgação

**Milton de Barros Freire Júnior, diretor da recém-criada Faculdade Trevisan: “Os cursos ainda têm uma visão tradicionalista. Hoje o contador tem uma função mais nobre que no passado. Ele passa a ser um elemento atuante no processo de decisão das empresas, mas os cursos ainda não se adequaram a isso”**

## Cofins em xeque

**STJ garante isenção da Cofins à empresa contábil gaúcha. Decisões monocráticas e acórdãos já somam 29 em favor das sociedades civis de profissões regulamentadas**

A primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça -STJ negando provimento ao recurso interposto pela Fazenda Nacional, confirmou, por unanimidade, a isenção da Cofins para a BS Consultoria Fiscal Ltda., de Porto Alegre, uma sociedade civil formada por contadores que prestam consultoria fiscal e auditoria contábil (Recurso Especial 260960).

A empresa sustentou que, por não ter empregados, não poderia ser obrigada a recolher uma contribuição dirigida apenas aos empregadores. Defendeu-se recorrendo ao Decreto-Lei 2.397/87, que estabelece isenção para as sociedades civis de prestação de serviços, “constituídas exclusivamente por pessoas físicas domiciliadas no País”. A Primeira Vara Federal de Porto Alegre julgou legal, nesse caso, a cobrança da contribuição, mas o Tribunal Regional Federal da 4ª Região reformou a sentença e declarou a isenção da empresa.

A Receita Federal, entretanto, não tem reconhecido a isenção para as sociedades civis que optaram pelo pagamento do Imposto de Renda com base no lucro presumido, que afasta a tributação sobre os resultados obtidos pelos sócios (pessoas físicas). Segundo a Fazenda Nacional, ao fazer essa opção, os contribuintes também devem ser tributados como pessoas jurídicas, o que in-

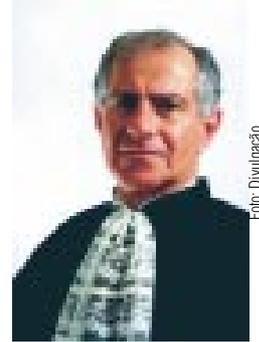


Foto: Divulgação

**Ministro Humberto G. Barros: opção pelo lucro presumido não justifica o pagamento**

cluiria o pagamento da Cofins.

“Não há suporte legal para se acolher a tese da Fazenda Nacional”, afirma o relator do processo no STJ, ministro Humberto Gomes de Barros. Segundo ele, a opção pela tributação com base no lucro presumido feita pela BS é “irrelevante” para o caso porque terá reflexos no pagamento do Imposto de Renda e não na isenção.

O relator reforça esse entendimento citando o voto do juiz Geraldo Apoliano em caso semelhante. A Cofins, segundo o juiz, nada tem a ver com o imposto sobre a renda. “É contribuição sobre o faturamento, e não sobre o lucro”, afirmou. Para ele, o argumento da Fazenda Nacional teria fundamento se a norma de isenção da Cofins tivesse condicionada ao regime tributário, “o que efetivamente não ocorreu”.

Com a decisão da Primeira Turma do STJ à favor da BS Consultoria Contábil, já são 21 decisões monocráticas e 8 acórdãos, que vão consolidando a jurisprudência dos tribunais superiores sobre a não incidência da Cofins sobre a receita das sociedades civis de profissões regulamentadas. Abaixo, relacionamos os processos já decididos favoravelmente às sociedades.

### Decisões monocráticas & Acórdãos

1. AGRRESP 258236 Min. Francisco Falcão DJ Data: 19/12/2000	DJ Data: 12/06/2000	DJ Data: 29/08/2000	DJ Data: 30/10/2000	PG:00104 RSTJ VOL.:00109 PG:00060
2. RESP 246575 DJ Data: 11/04/2000	8. RESP 249081 DJ Data: 12/06/2000	15. RESP 257386 DJ Data: 31/08/2000	<b>Acórdãos</b>	5. RESP 144851 DJ Data: 27/04/1998 PG:00086
3. RESP 227937 DJ Data: 02/12/1999	9. RESP 250198 DJ Data: 12/06/2000	16. RESP 264733 DJ Data: 11/09/2000	1. AGRRESP 253984 DJ Data: 18/09/2000 PG:00105	6. RESP 254613 PE 2000/0034096-0 Decisão: 29/06/2000
4. RESP 226542 DJ Data: 09/12/1999	10. RESP 253984 DJ Data: 14/06/2000	17. RESP 212551 DJ Data: 28/06/1999	2. RESP 209629 DJ Data: 16/11/1999 PG:00192	DJ Data: 21/08/2000 PG:00102
5. RESP 249246 DJ Data: 23/05/2000	11. RESP 255366 DJ Data: 29/06/2000	18. RESP 262050 DJ Data: 13/10/2000	3. RESP 192156 DJ Data: 28/06/1999 PG:00058	7. RESP 251922 PR 2000/0025974-8 Decisão: 29/06/2000 DJ Data: 21/08/2000 PG:00101
6. RESP 249082 DJ Data: 31/05/2000	12. RESP 260268 DJ Data: 18/08/2000	19. RESP 204589 DJ Data: 18/10/2000	RSTJ VOL.:00123 PG:00094	
7. RESP 250572	13. RESP 082656 DJ Data: 29/08/2000	20. MC 003242 DJ Data: 30/10/2000	4. RESP 156839 DJ Data: 27/04/1998	
	14. RESP 261068	21. RESP 191215		

## Agenda

### Julho

I Encontro de Profissionais das Empresas Contábeis de Arapongas (data a definir)  
Arapongas - PR

### Agosto

V Seminário Latino de Cultura Contábil – V Prolatino  
15 a 17 de Agosto  
Centro de Convenções de Pernambuco - Recife – PE  
Informações: (81) 3423-6011/  
prolatino@detalhes.com.br

II Encontro dos Contabilistas do Cone Sul  
24 de Agosto  
Vilhena - RO

III Encontro das Empresas de Serviços Contábeis de Rondônia  
25 de Agosto  
Vilhena - RO

### Setembro

VII Encontro de Contabilistas, Entidades e Empresas de Serviços Contábeis do Estado da Bahia  
12 a 14 de setembro  
Centro de Convenções Amélio Amorim - Feira de Santana - BA  
Informações:  
Tel.: (75) 623-9443 ou  
e-mail sincont@gd.com.br

### Novembro

I Congresso Sul Brasileiro de Perícia  
07 a 09 de novembro  
Curitiba - PR

9ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis - 9ª Conesc/1ª Conesa  
25 a 27 de novembro  
Centro de Convenções de Pernambuco - Recife – PE  
Informações:  
Telefax: (81) 3327-6324 (Sescon/PE)



Assine a Revista Fenacon em **SERVIÇOS**

Utilize o formulário eletrônico no site da Fenacon:

<http://www.fenacon.org.br/formass.htm>

## r á p i d a s

### Diretoria da Fenacon vai ao Congresso em busca de apoio para o Simples

O deputado federal José Carlos da Fonseca (*foto à direita*) recebeu, em seu gabinete em Brasília, no dia 15 de fevereiro, a visita do presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, do vice-presidente para a região Centro –Oeste, Antonio Gutenberg Anchieta, e dos diretores de Relações Institucionais, Haroldo Santos Filho; e de Relações do Trabalho e Assuntos Legislativos, Sauro Henrique de Almeida.

Eles foram pedir apoio do parlamentar para a campanha liderada pela Fenacon pela ampliação do Simples para as micros e pequenas empresas do setor de serviços. O deputado também foi convidado a integrar o Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários – NPECT. A ida ao Congresso Nacional ainda incluiu reuniões com o senador Arlindo Porto e com presidente do Núcleo, deputado federal, Germano Rigotto (*foto abaixo*).



Sescon/Blumenau, Carlos Roberto Victorino. Ele será o coordenador de uma das reuniões específicas (setor de serviços) que acontecerão paralelamente às palestras principais.

A Confederação Nacional do Comércio – CNC é constituída de 13 Federações, entre elas a Fenacon. São 4.500 Sindicatos patronais que abrangem o setor terciário da economia como o do Comércio Varejista, Atacadista, Farmacêutico e Imobiliário e Representantes Comerciais e de Empresas de Contabilidade, Assessoramento, Perícias, Informação e Pesquisa. Juntas, congregam 4 milhões de trabalhadores. Somam mais de 1 milhão de estabelecimentos comerciais e de serviços, representando 48% do PIB brasileiro.

Informações:  
0800-6451002  
[www.sindilojasblumenau.com.br](http://www.sindilojasblumenau.com.br).

### III Encontro das Empresas de Serviços Contábeis de Rondônia

O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, será um dos palestrantes do terceiro Encontro das Empresas de Serviços Contábeis de Rondônia que será realizado juntamente com o oitavo Encontro de Contabilistas de Rondônia. Os dois eventos acontecem de 23 a 25 de agosto, em Porto Velho. Pedro Coelho falará sobre 'Evolução e mercado das empresas de serviços contábeis'. Os encontros estão sendo promovidos pelo Siecont/RO e Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia.



### XVII Encontro Nacional de Sindicatos Patronais de Comércio e Serviço

Com o aval e apoio da Confederação Nacional do Comércio - CNC, acontecerá de 13 à 16 de junho, em Blumenau, Santa Catarina, o XVII Encontro Nacional de Sindicatos Patronais de Comércio e Serviços. Voltado para os dirigentes sindicais, o evento deve reunir mais de mil pessoas. As empresas contábeis estarão representadas na programação técnica pelo presidente do

# Mais fácil e barato

## Internet agiliza, desburocratiza e torna mais barato o processo de busca e registro de marcas

Já é possível no Brasil pesquisar e registrar marcas através da Internet. Exemplo disso é o serviço oferecido pela empresa argentina Demarcas, que promete a proteção dos direitos de propriedade intelectual das marcas de forma econômica, simples e eficiente. A empresa, que chegou ao País em janeiro deste ano, já atua em toda América Latina.

O sistema de buscas utilizado pela Demarcas procura marcas com base nos critérios de similaridade fonética (semelhança de som) e ortográfica, verificando a disponibilidade do nome sugerido. Uma vez confirmada a possibilidade de registro, a empresa encaminha ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI o pedido formal. Entre as vantagens do sistema, está a agilidade e a possibilidade de acesso de qualquer lugar do Brasil. A base de dados de marcas é da própria Demarcas, constituída através dos arquivos do INPI.

A empresa interessada em registrar sua marca pode, portanto, fazer a pesquisa gratuitamente utilizando os recursos do próprio site Demarcas (<http://www.demarcas.com.br>). A partir do momento em que for



solicitado à Demarcas o registro da marca, será cobrado o valor fixo de R\$ 250 por marca solicitada, além da taxa cobrada pelo INPI (R\$ 98,50 microempresas; R\$ 197 demais empresas).

O pagamento é feito via depósito identificado em conta-corrente. Para registro em outros países da América Latina, os honorários são de aproximadamente US\$ 300,00 por marca, em cada país. Uma vez efetuado o pagamento, a Demarcas se responsabiliza em providenciar a documentação (contrato social e CNPJ) do cliente, tornando-se sua procuradora.

Após encaminhar ao INPI a solicitação, a empresa enviará o protocolo oficial carimbado pelo INPI, o que confirma a solicitação de registro. Até o parecer final do órgão público, a Demarcas faz o acompanhamento do pro-

cesso e a vigilância (pedido, publicação, se houve oposição, deferimento ou indeferimento). Todo o processo pode ser acompanhado pelo cliente, pelo site da empresa, através de uma senha.

“Nosso serviço não se resume ao site. Criamos uma estrutura de atendimento tradicional, formada por uma equipe especializada no assunto, para esclarecer dúvidas e orientar os clientes”, acrescenta o gerente da Demarcas no Brasil, Ariovaldo Ribeiro. Ele lembra que, pela facilidade, o sistema de busca online poderá ser uma ferramenta de trabalho para empresas de contabilidade, despachantes e advogados. “Queremos desmistificar o registro de marcas, como um processo caro e burocrático”, afirmou Ribeiro.

Com um investimento total de US\$ 1,5 milhão, a Demarcas iniciou suas atividades em setembro do ano passado na Argentina. Em novembro, o serviço foi disponibilizado também no Uruguai e na Venezuela e, em março deste ano, iniciou suas operações no Chile e México. Para a operação inicial no Brasil foram investidos US\$ 150 mil.

A Demarcas prevê fechar seu primeiro ano com 1000 marcas solicitadas no Brasil, com um público-alvo formado principalmente por pequenos e médios empreendedores. Em cinco anos, a expectativa é a de conquistar 20% do mercado nacional, estimado em 80.000 marcas registradas por ano. A meta também se aplica aos outros países da América Latina, que junto com o Brasil somam 250 mil marcas.

# Copan



Nivaldo Cleto

# Nova tendência para conexão de dados e internet

## Soluções Wireless LAN permitem interligar computadores dentro de uma empresa sem a necessidade de cabeamento, utilizando o sistema de comunicação por rádio

A tecnologia Wireless (sem fio) está vindo para ficar e revolucionar o mercado. Produtos mais confiáveis, com preços mais acessíveis e maior segurança. As soluções Wireless LAN permitem interligar computadores dentro de uma empresa sem a necessidade de cabeamento, utilizando o sistema de comunicação por rádio.

As vantagens de uma rede local sem fio estão em permitir o acesso de qualquer lugar da empresa; instalação rápida, com tempo médio de 20 minutos por estação; limpeza; flexibilidade em adicionar ou retirar pontos; facilidade para futuras expansões; e preservação do investimento já que, diferentemente do que ocorre com o cabeamento, se mudar de endereço, o cliente pode carregar consigo a solução.

Por estes diferenciais, a Wireless LAN é uma opção bem aceita em ambientes como hospitais, universidades, centros de pesquisas, prédios tombados pelo patrimônio histórico; aeroportos, lojas, eventos, auditorias, centros de distribuição e chão de fábrica.

### Produtos disponíveis

No Brasil já temos A Família Orinoco, da Lucent Technologies, apresenta várias soluções para os mercados corporativo e Soho (Small Office/ Home Office) – Maiores informações [www.lucent.com.br](http://www.lucent.com.br)

A Cisco oferece ao mercado a família Aironet 340 que é composta pela Base Cisco AP340, um ponto de acesso que é ligado ao cabeamento convencional e que pode inclusive, interligar o servidor sem fio; pela placa PCMCIA

340 e todos os dispositivos necessários para a conexão de PCs e portáteis. ([www.cisco.com.br](http://www.cisco.com.br))

A Compaq oferece uma solução de hardware para ponto de acesso de rede local sem fio chamada WL400, de 11 Mbps, o software WL300, placa PCI para desktops e PCMCIA Compaq WL100 para notebooks. O WL400 é um *hub wireless* que permite a conexão dos equipamentos ao nó de rede e o software WL300 permite que um PC emule um ponto de conexão, um *hub*. A solução tem alcance de 250 a 300 metros, que diminui conforme a quantidade de obstáculos e suporta 16 usuários por *hub*.

A solução para redes locais sem fio da 3Com, denominada AirConnect consiste em um ponto de acesso sem fio e PC cards de notebooks. Fixado ao teto ou à parede, o ponto de acesso funciona como uma ponte entre a rede fixa e até 63 PCs sem fio simultâneos e seu alcance chega a 100 metros.

### Fascínio na Comdex

Ao visitar o estande da Sony na Comdex Las Vegas, fiquei fascinado quando observei que estava navegando na Internet através de um notebook e não conseguia encontrar o cabo da linha telefônica ou da Rede LAN, pois o aparelho estava funcionando com uma minitorre que transmitia para o cartão PCMCIA do notebook.

Esta torre custa em torno de US\$ 550,00 mais US\$ 150,00 do cartão e infelizmente ainda não vende no Brasil e sua importação custará mais 60 % de impostos de importação. Imaginem que com este aparelho liga-



do a um *hub* tem um alcance de 45 metros, você poderá andar pelas dependências da empresa e permanecer conectado a rede sem fio. A torre permite a conexão de até 16 PCs. Para os desktops que não possuem *slots* PCMCIA deve ser instalada a placa adaptadora PCI. Maiores informações no web site [www.sonystyle.com/vaio/sr/index.html](http://www.sonystyle.com/vaio/sr/index.html)

Enfim está comprovado que a tecnologia de acesso sem fio veio para transformar o mercado e creio que daqui a dois ou três anos não iremos mais nos preocupar com cabeamento de rede, pois até lá os próprios fabricantes venderão os equipamentos com solução para conectividade agregada ao produto.

# Lembra-se do BUG do IRPF 2000?

Profissionais da área de contabilidade que confiaram nas informações de que o sistema estava preparado em 2000 para receber no último dia, as declarações do Imposto de Renda pela Internet tiveram uma desagradável surpresa. O sistema ficou congestionado a partir das 16h, dificultando por demais a entrega dos arquivos. Isso ocasionou uma série de prejuízos para quem, apesar de haver deixado para última hora, confiou no sistema do Serpro, que nos anos anteriores não havia apresentado problemas deste tipo.

A Fenacon recebeu centenas de e-mails de todo Brasil que foram encaminhados pelo então presidente da Fenacon, Eliel S. de Paula, para o secretário Everardo Maciel com a finalidade de que isto não voltasse a ocorrer neste exercício.

Muito bem; apesar de 30 de abril de 2001 cair no meio de um feriado prolongado (segunda-feira), vamos nos esforçar para que os clientes não enviem as informações em cima da hora ocasionando um novo congestionamento.

Lembre que, nas últimas horas, estaremos concorrendo com diversas pessoas fi-

sicas de todo Brasil que acessam o sistema também na última hora para fazer a declaração online.

Cabe alertá-los que, a partir deste ano, quando transmitimos o arquivo eletrônico é feita uma checagem com a base de dados do Serpro, comparando com os dados do contribuinte. Se houver alguma inconsistência na data de nascimento, nome ou o mesmo estiver com situação irregular ficará impossível a entrega sem que o contribuinte passe numa agência da CEF ou Banco do Brasil para sanar a irregularidade. Este fato ocorreu com um cliente para o qual faço declaração há mais de dez anos. Estava entregando a declaração dele e o Serpro mandou um aviso online de que a data de nascimento informada na declaração era diferente da base de dados da Receita. O CPF emitido (modelo antigo) estava corretíssimo, gerando um descontentamento, pois ele teve que se submeter às famigeradas filas da Receita.

Este cliente teve que ir ao Banco do Bra-

sil que, por sinal, o encaminhou para uma agência da Receita para sanar a irregularidade. Somente dois dias após sanado o problema, foi liberado o recebimento pela Internet.

Outro fato que também está impedindo a transmissão, é a situação de contribuintes com empresas abandonadas, que ficaram com situação de "inaptas" perante a Receita. Recomendo que façam uma pesquisa prévia destes contribuintes no site da Receita Federal [www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/CPF/ConsultaPublica.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/CPF/ConsultaPublica.asp) para evitar transtornos de última hora. Para ajudá-lo a elaborar a declaração, colocamos no portal da Fenacon, o rol de perguntas e respostas disponibilizados pela Receita Federal para esclarecer as principais dúvidas. Estará disponível também no portal, algumas dicas de como proceder para fazer a declaração utilizando-se das ferramentas de última geração. Boa sorte nesta empreitada !!!!

Nivaldo Cleto é empresário contábil e diretor de Tecnologia da Fenacon e colunista da Revista *Fenacon em Serviços*  
E-mail - [ncleto@uol.com.br](mailto:ncleto@uol.com.br)

## Mini-Guia da Web

### Hardware

IBM	<a href="http://www.ibm.com.br">www.ibm.com.br</a>
Compaq	<a href="http://www.compaq.com.br">www.compaq.com.br</a>
Semp Toshiba	<a href="http://www.semptoshiba.com.br">www.semptoshiba.com.br</a>
Itautec	<a href="http://www.itautec.com.br">www.itautec.com.br</a>
Hewlett Packard	<a href="http://www.hp.com.br">www.hp.com.br</a>

### Informações fiscais e tributárias

Coad	<a href="http://www.coad.com.br">www.coad.com.br</a>
Cenofisco	<a href="http://www.cenofisco.com.br">www.cenofisco.com.br</a>
IOB	<a href="http://www.iob.com.br">www.iob.com.br</a>
Fiscodata	<a href="http://www.fiscodata.com.br">www.fiscodata.com.br</a>
Fiscosoft	<a href="http://www.fiscosoft.com.br">www.fiscosoft.com.br</a>
Informare	<a href="http://www.informanet.com.br">www.informanet.com.br</a>
Koenig Consultoria	<a href="http://www.koenig.com.br">www.koenig.com.br</a>

### Impressoras

Hewlett Packard	<a href="http://www.hp.com.br">www.hp.com.br</a>
Epson	<a href="http://www.epson.com.br">www.epson.com.br</a>
Xerox	<a href="http://www.xerox.com.br">www.xerox.com.br</a>
Lexmark	<a href="http://www.lexmark.com">www.lexmark.com</a>
Elgin	<a href="http://www.elgin.com.br">www.elgin.com.br</a>
Canon	<a href="http://www.canon.com.br">www.canon.com.br</a>

### Softwares

ABES	<a href="http://www.abes.org.br">www.abes.org.br</a>
Alterdata	<a href="http://www.alterdata.com.br">www.alterdata.com.br</a>
Brasil Informática	<a href="http://www.brasil-info.com.br">www.brasil-info.com.br</a>
Brasoftware	<a href="http://www.brasoftware.com.br">www.brasoftware.com.br</a>
Compusul	<a href="http://www.compusul.com">www.compusul.com</a>
Contmaster	<a href="http://www.contmaster.com.br">www.contmaster.com.br</a>
Copan	<a href="http://www.copaninfo.com.br">www.copaninfo.com.br</a>
DPComp	<a href="http://www.dpcomp.com.br">www.dpcomp.com.br</a>
Exactus	<a href="http://www.exactus.com.br">www.exactus.com.br</a>
Ledware	<a href="http://www.ledware.com.br">www.ledware.com.br</a>
Mastermaq	<a href="http://www.mastermaq.com.br">www.mastermaq.com.br</a>
Microsoft	<a href="http://www.microsoft.com/brasil">www.microsoft.com/brasil</a>
Novell	<a href="http://www.novell.com.br">www.novell.com.br</a>
Prosoft	<a href="http://www.prosoft.com.br">www.prosoft.com.br</a>
SuperSoft	<a href="http://www.supersoft.com.br">www.supersoft.com.br</a>
Symantec	<a href="http://www.symantec.com.br">www.symantec.com.br</a>

### Governo e entidades

Audibra	<a href="http://www.audibra.org.br">www.audibra.org.br</a>
CEF	<a href="http://www.cef.gov.br">www.cef.gov.br</a>
CFC	<a href="http://www.cfc.org.br">www.cfc.org.br</a>
Fenacon	<a href="http://www.fenacon.org.br">www.fenacon.org.br</a>
Ibracon	<a href="http://www.ibracon.com.br">www.ibracon.com.br</a>

Ministério da Fazenda	<a href="http://www.fazenda.gov.br">www.fazenda.gov.br</a>
Posto Fiscal /SP	<a href="http://www.pfe.sp.gov.br">www.pfe.sp.gov.br</a>
Previdência Social	<a href="http://www.mpas.gov.br">www.mpas.gov.br</a>
Receita Federal	<a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a>
Sebrae	<a href="http://www.sebrae.org.br">www.sebrae.org.br</a>
Serpro	<a href="http://www.serpro.gov.br">www.serpro.gov.br</a>

### Livrarias & Editoras

Ática	<a href="http://www.atica.com.br">www.atica.com.br</a>
Atlas	<a href="http://www.atlasnet.com.br">www.atlasnet.com.br</a>
BookNet	<a href="http://www.booknet.com.br">www.booknet.com.br</a>
Cultura	<a href="http://www.livcultura.com.br">www.livcultura.com.br</a>
Ltr	<a href="http://safe.tesla.com.br/ltr/home.htm">http://safe.tesla.com.br/ltr/home.htm</a>
Makron Books	<a href="http://www.makron.com.br">www.makron.com.br</a>
Saraiva	<a href="http://www.livrariasaraiva.com.br">www.livrariasaraiva.com.br</a>
Siciliano	<a href="http://www.siciliano.uol.com.br">www.siciliano.uol.com.br</a>

### Busca na Rede

Cade	<a href="http://www.cade.com.br">www.cade.com.br</a>
Alta Vista	<a href="http://www.altavista.com">www.altavista.com</a>
Yahoo	<a href="http://www.yahoo.com">www.yahoo.com</a>
Metaminer	<a href="http://miner.bol.com.br/index.html">http://miner.bol.com.br/index.html</a>
RadarUOL	<a href="http://www.radaruol.com.br">www.radaruol.com.br</a>

# ISO 9002 na contabilidade

## Empresa contábil do Paraná é certificada com ISO 9002

Há dois anos, os paranaenses viram chegar ao Estado algumas das maiores montadoras do mundo: as multinacionais Renault e Audi-Volkswagen. Elas trouxeram empregos, atraíram diversas indústrias periféricas e algo mais que não pode ser quantificado: a 'cultura da qualidade'.

Foi de olho nesse 'mercado especial' que Mario Elmir Berti, empresário contábil de São José dos Pinhais, cidade da região metropolitana de Curitiba, começou sua jornada rumo à certificação de sua empresa com o ISO 9002; fato ocorrido finalmente em 18 de janeiro último.

"O ISO é como uma corrente. A empresa que tem exige do fornecedor e assim por diante. Não queria ficar fora do mercado", conta Berti. De fato, hoje, entre os principais clientes da Berti e Cia Contadores Associados (conhecida como Organização Pardal) está a Simoldes, uma multinacional portuguesa que fabrica moldes de aço e plástico para a indústria automobilística, e a Cooperlog, cooperativa de transportes industriais automobilísticos; ambas com certificação de qualidade.

Berti lembra que antes mesmo dessa mudança na economia da região (e na demografia de São José dos Pinhais, que passou de 170 para 220 mil habitantes) já existia a preocupação com a melhora dos processos de ela-



A Organização Pardal ganhou um organograma e os funcionários, um calendário anual de treinamento - custeado pela própria empresa - e um plano de cargos e salários

boração do trabalho. O problema é que as soluções atendiam apenas a uma parte da empresa. "Eram soluções parciais, paliativas", diz Berti. Com o projeto de conquista da ISO 9002, mudou-se o foco da qualidade, ou melhor, ampliou-se.

Uma empresa de consultoria da qualidade foi contratada para dar a assessoria e acompanhar o processo passo-a-passo. Mas o maior desafio ficou por conta da Organização Pardal à qual coube a tarefa de adequar o conjunto de 17 normas do ISO 9002 às características e necessidades da empresa. "O ISO diz o que deve ser feito. O "como", você estabelece", explica Berti.

### Comitê da Qualidade

Assim, o primeiro passo foi montar um Departamento da Qualidade, composto por um "comitê da qualidade".

Formado por um funcionário de cada departamento, é o comitê que, em reuniões bimestrais, define as mudanças e discute o andamento do processo de produção do serviço. Do co-

mitê, nasceram idéias que ajudaram a melhorar toda a estrutura organizacional da empresa. Entre elas, um novo sistema de arquivamento, que facilitou a rastreabilidade dos documentos, e uma nova rotina, que agilizou o processamento das escriturações contábeis.

### Manual de procedimentos

A participação dos funcionários tem sido um ponto forte no processo de qualidade da Organização Pardal. Segundo Berti, todos reagiram de forma positiva diante das mudanças. "Eles nunca tiveram a oportunidade de participar das decisões e conhecer os objetivos da empresa". Agora, nada é feito sem metas claras e definidas (tudo está no Manual da Qualidade, com 28 páginas). A Pardal ganhou um organograma e os funcionários, um calendário anual de treinamento - custeado pela própria empresa - e um plano de cargos e salários. "Isso gerou uma motivação maior. Os funcionários se sentem mais valorizados", avalia.

"O ISO exige que se estabeleçam normas e se faça sempre do mesmo jeito. Que se crie um padrão de qualidade. Mas isso não significa que a certificação é a conclusão de



Comitê da Qualidade se reúne bimestralmente

um trabalho”, ressalta Berti acrescentando: “O ISO é dinâmico. A certificação significa que o trabalho só começou e o aprimoramento deve ser constante”.

E quem dirá se a empresa está no caminho certo serão os próprios clientes. Semestralmente, uma pesquisa avaliará a satisfação dos usuários dos serviços da Organização Pardal. “Com a pesquisa, detectaremos os pontos onde estão ocorrendo os problemas e o comitê discutirá e busca soluções”.

O órgão certificador da empresa é o Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar. A certificação tem validade de três anos. A cada ano uma nova auditoria é feita para atestar a manutenção da qualidade.

### **Dividendos em marketing**

A certificação ainda pôde ser utilizada pela Pardal como uma poderosa ferramenta de marketing, que começou na própria fes-



**O empresário Mário Berti, na solenidade de entrega do Selo da Qualidade à Organização Pardal**

deira 28 da Associação Paranaense de Ciências Contábeis, vê como uma das mudanças mais importante para um futuro próximo a ‘ligação direta’ entre cliente e empresa de contabilidade, via Internet, eliminando o fluxo de papel. “Será o grande negócio. E é para já”. Para a Berti e Cia ou Organização Pardal, com certeza.

tividade de entrega do Selo da Qualidade, no dia 14 de março. Participaram da solenidade, clientes, fornecedores, autoridades, representantes de órgãos de classe, imprensa e funcionários. E a partir de agora, todos os impressos saem da Berti e Cia (Organização Pardal) com a marca ISO 9002.

Berti, que ainda é vice-presidente da Fenacon para a Região Sul, conselheiro do CRC/PR e ocupa a ca-

## **Organização Pardal**

A Berti e Cia Contadores Associados S/C tem 25 anos. Berti e mais um sócio iniciaram o empreendimento atendendo a 15 clientes. Após dez anos, o empresário adquiriu a participação do sócio. Hoje a organização é uma sociedade de capital e indústria. Atualmente são 37 funcionários que atendem a 150 clientes. Entre eles, o Grupo Ghignone (papeleria e distribuição de revistas) e a Calmix (argamassa e concretos). Do total de clientes, 50% são do comércio, 35%, prestação de serviços e 15% da indústria.

A empresa está dividida em departamentos de Contabilidade, Fiscal, Recursos Humanos, Contratos e Qualidade. Possui sede própria, com 700 m<sup>2</sup>. A infra-estrutura de informática é composta de 25 computadores ligados em rede interna e de sistemas de contabilidade integrados das áreas contábil, Fiscal e de RH. Também foi adotado sistema de gerenciamento para controle interno (cobrança, honorários, despesas, expedição de documentos etc.), desenvolvido na própria empresa.

# Alterdata

## Alertas importantes ao contribuinte

Antonio Carlos Bordin

Mais um ano se passou e, mais uma vez, é chegada a hora de nos depararmos com o período de acerto de contas com o Leão. Período para fechamento e entrega daquela que se convencionou chamar declaração de “ajuste” anual. No entanto, ‘acerto de contas’ - como se nos encontrássemos em meio a uma arena de gladiadores, palco do filme vencedor do Oscar - por seu preparo ser chato, difícil, e porque não dizer, injusto, enquanto o Leão permanece à espreita para mais um suntuoso e saboroso jantar: o contribuinte!

Referindo-me à recuperação de tributação indevida, já aqui faço um alerta aos muitos contribuintes que, ao se aterem somente às hipóteses de obrigatoriedade de entrega, se classificam como isentos e sequer se dão ao trabalho de verificar se tiveram imposto retido sobre seus rendimentos em algum período do ano, apesar de os valores anualizados alcançarem a isenção. É o caso dos trabalhadores que auferiram salário apenas em alguns meses do ano, por razões que não nos compete analisar, e que sofreram retenção na fonte. Esses contribuintes podem e devem entregar a declaração, com grande possibilidade de restituição integral do imposto pago durante o ano.

Há anos que nós, contadores, procuramos nos manter alertas e atualizados quanto às mudanças, uma vez que, em contrapartida, a Secretaria da Receita Federal cada vez mais se especializa e eleva seu nível de informatização, com a intenção de coibir a evasão fiscal e fraudes.

Cabe neste momento, questionarmos posicionamentos fiscais inadequados e, também, elencar pontos de atenção que, como contribuintes, cidadãos ou prestadores de serviços, devemos observar.

Uma das medidas mais polêmicas até agora foi a promulgação da Lei Complementar 105, publicada em 11-1-2001, que trouxe novas disposições sobre o sigilo das contas mantidas em instituições financeiras no



**Existe uma necessidade crescente de também os contribuintes se prepararem e se especializarem para enfrentar o Leão, com planejamentos adequados durante todo o ano calendário e não tão somente a cada apresentação da “declaração de ajuste”**

Brasil. Com esse dispositivo, regulamentado pelo Decreto 3.724 de 10-1-2001, a Receita poderá obter junto aos bancos, quando verificar indícios de sonegação na “declaração”, informações sobre a movimentação financeira tributada pela CPMF.

É claro que a Receita Federal, no uso de sua autoridade para quebrar o sigilo bancário, está interessada em fiscalizar os valores creditados nas contas sem origem comprovada. Os profissionais liberais são um dos principais alvos desta nova manobra da Receita, devido a suspeita das autoridades fiscais de existir grande sonegação entre os autônomos, baseada na não emissão de recibos. Portanto, toda atenção é pouca para

os médicos, dentistas, contadores, dentre outros.

Como a lei sancionada dá direito à Receita Federal de investigar as contas bancárias das declarações “em malha”, estou falando aqui de um prazo de cinco anos, posteriores ou anteriores. O contribuinte que omitiu renda ou cometeu algum erro em declaração anterior deve fazer sua retificação espontaneamente. Esse procedimento evitará possível multa de ofício de 150% sobre o imposto devido calculado sobre valores não declarados.

### Evolução patrimonial

Para os contribuintes que apresentam grandes novidades na declaração de bens, muita atenção também com relação à evolução patrimonial. A análise da origem do acréscimo patrimonial é uma velha arma da Receita na conhecida fase da “malha fina”. Não só a comprovação da propriedade é avaliada. O contribuinte precisa demonstrar que sua renda é suficiente para a aquisição e manutenção desses bens, sem esquecer que, em muitos casos, a renda também deve comportar o pagamento dos tributos eventualmente incidentes sobre eles. Bens como automóveis, embarcações, cavalos de raça, aeronaves e outros, sinais claros de riqueza, que não condigam com os rendimentos declarados, podem chamar a atenção do fisco.

Para evitar dores de cabeça, recomendo a todos, contribuintes ou preparadores que, após o fechamento da declaração e antes da entrega, façam uma análise financeira criteriosa da variação patrimonial (total dos bens ao final de um ano em relação ao ano anterior), análise esta, efetuada mediante a demonstração das origens e aplicações de recursos.

Ainda sobre a variação patrimonial, gostaria de atentar ao fato de que grande contingente de contribuintes julga e entende que a análise da origem e aplicação de recursos é efetuada pelas autoridades fiscais em base anual. Enganam-se! Em fiscalizações específicas, esta análise é feita mensalmente. É de conhecimento de todos a existência de vários casos nos quais o contribuinte foi autuado no mês em que este demonstrativo foi negativo (mais aplica-

ções e menos origem).

## Recetinet

A Secretaria da Receita Federal, neste ano, inovou também no sistema de recepção das declarações. Ao enviar uma declaração via Internet, em casa, no escritório ou através de entrega em disquete junto ao banco, o contribuinte estará sujeito a algumas verificações através do próprio programa de entrega, o "Recetinet" (ver matérias nesta edição).

O objetivo é averiguar possíveis irregularidades cadastrais e evitar incompatibilidades no processamento das declarações. Ao encontrar anomalias, o próprio programa orienta o contribuinte sobre o tipo de problema encontrado e o procedimento para correção, sendo que, em alguns casos, poderá ser necessário o comparecimento do declarante junto ao Banco do Brasil, à CEF ou às agências da Receita.

Para nós, prestadores de serviço, é preciso muito cuidado ao se aproximarem os últimos dias de abril, pois não haverá tempo hábil para a regularização do cadastro

e conseqüentemente o cliente incorrerá em multa por atraso na entrega. Minha recomendação é efetuar consulta ao cadastro de CPF com antecedência, junto ao site da Secretaria da Receita Federal na Internet, para identificar a situação do CPF e evitar sustos desnecessários na última hora.

## Tabela progressiva

Faço uso deste espaço, como acima alertado, para questionar atitudes, a meu ver injustas, das autoridades fiscais para com os contribuintes. Deixo claro meu descontentamento quanto a não atualização da tabela progressiva e dos limites de dedução de despesas com instrução e a dedução por dependente, já bastante defasados. Apesar de abordado inúmeras vezes pela imprensa nacional, o assunto ainda não ganhou o devido reconhecimento das autoridades fiscais que, até o momento, não demonstraram interesse em ajustar "suas contas" com os contribuintes.

O direito pleiteado é de manter o paga-

mento do imposto compatível com a correção da Ufir (Unidade Fiscal de Referência) de 28,41% desde janeiro de 1996. Note-se que a cada ano paga-se mais imposto em função da "desvalorização" da tabela progressiva.

Atentados os pontos supra mencionados, em minha opinião, existe uma necessidade crescente de também os contribuintes se prepararem e se especializarem para enfrentar o Leão, com planejamentos adequados durante todo o ano calendário e não tão somente a cada apresentação da "declaração de ajuste".

Espero que todos nós contadores estejamos junto aos nossos clientes para cada vez mais conscientizá-los que a transferência dos recursos do indivíduo para o governo encontra seu equilíbrio na declaração tecnicamente correta, planejada e documentada.

Vamos torcer firmemente pelo Leão... Que vença a Copa do Mundo no Japão e Coréia... Ao menos um Leão competente!

Antonio Carlos Bordin é empresário contábil e diretor Financeiro da Fenacon

# Folhamatic

# Inconsistências vetadas

**Declaração que apresentar inconsistência nos dados não será, automaticamente, acatada pela Receita Federal**

O grande número de contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Física, em 2000, que caíram na malha fina – mais de 177 mil em todo o Brasil – levaram a Secretaria da Receita Federal a implantar para este ano o ‘batimento’ das declarações com os CPFs. No ato da transmissão pelas Internet, através do programa Receitanet, serão confrontados os dados da declaração com as informações contidas na base do CPF. Através do programa, o contribuinte também será alertado se a declaração foi recepcionada.

Segundo a Receita Federal, o problema acontece porque muitas declarações são entregues sem prévia verificação. O órgão aconselha às empresas de contabilidade que, antes de iniciarem o preenchimento da declaração, consultem o número do CPF do declarante no site da SRF ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)). Para isso, basta clicar em ‘Cadastros CPF e CNPJ/Cadastro Nacional Pessoa Física-CPF/Consulta a Situação Cadastral da Pessoa Física’.

A consulta servirá para identificar a situação cadastral do CPF (regular, cancelada, pendente de regularização ou inexistente), bem como se o número do CPF pertence ao declarante. Não será transmitida com sucesso a declaração que apresentar inconsistência entre os dados da base da SRF e os informados.

O cuidado na verificação evitará a perda do prazo de entrega, pois poderá não haver tempo hábil para a regularização do CPF. A correção posterior poderá provocar demora no processamento da declaração ou demandar esclarecimentos do contribuinte.

## Na transmissão via Internet serão constatadas as seguintes mensagens:

SITUAÇÃO DO CPF	MENSAGEM
Regular/Pendente de Regularização ou Cancelado por Omissão e com dados Cadastrais <u>Corretos</u>	Esta Declaração (CPF.....) foi transmitida com sucesso. O recibo de entrega via Internet está disponível em seu computador. Para imprimi-lo, acione a opção correspondente no programa gerador de sua declaração.
Cancelamento de Ofício/ Espólio/ Multiplicidade	<b>ERRO!</b> A Declaração não foi transmitida. O CPF (.....) do declarante consta como Cancelado em nosso cadastro. Compareça à Unidade Local da Secretaria da Receita Federal para regularizar a situação cadastral
CPF não Cadastrado	<b>ERRO!</b> A Declaração não foi Transmitida. O CPF (...) do declarante está com dados incompletos em nosso cadastro. Para regularizá-lo, compareça a uma agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal com seu CPF, identidade e o título de eleitor e solicite uma segunda via do Cartão CPF.
Data de Nascimento diferente da base	<b>ERRO!</b> A Declaração Não Foi Transmitida. A data de nascimento (...) informada na declaração é diferente da que consta em nosso cadastro para o CPF (...) do declarante. Verifique o CPF e a data de nascimento informados na declaração: - se não estão corretos, corrija-os, grave e transmita a declaração. - se estão corretos, compareça a uma agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal para regularizar sua situação cadastral.

OUTROS CUIDADOS	Conferir e atualizar os dados cadastrais dos declarantes:	Número do CPF:	Declaração retificadora:
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome completo sem abreviações;</li> <li>- Data de Nascimento;</li> <li>- Endereço (se houver mudança, indicá-la</li> <li>- Título de Eleitor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificar o número do CPF no informe de rendimento;</li> <li>- Se difere do CPF do declarante, providenciar a correção na fonte pagadora;</li> <li>- Conferir sempre se o CPF do declarante está correto na declaração.</li> </ul>	Quando desejar corrigir uma declaração (declaração retificadora), não esquecer de assinalar na ficha de identificação que se trata de retificadora.



Empresa de Serviços - Instrumento de Desenvolvimento Social

---

De 25 a 27 de novembro de 2001 - Pernambuco - Brasil

---

Centro de Convenções



### Pré-inscrições:

SESCON/PE (81) Telefax: 81 3327.6324

Taxas:	Convencionais	Acompanhante
até 30/09	R\$ 150,00	R\$ 100,00
a partir de 01/10	R\$ 180,00	R\$ 100,00



Empresa de Serviços - Instrumento de Desenvolvimento Social  
De 25 a 27 de setembro de 2011 - Grammaire - Brasil  
Centro de Convenções

## FICHA DE PRÉ-INScrição

- Pessoa Jurídica     Convencionais  
 Pessoa Física     Acompanhante

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

País: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Tel: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

### Empresa

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Ramo de Atividade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Tel: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

País: \_\_\_\_\_

### Pagamento em:

Cheque    Agência nº \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_

Depósito Bancário

Nº doc \_\_\_\_\_ Banco: Caixa Econômica Federal  
Agência Nº 2348-5 - Conta Nº 003.00026-4  
SESCON-PE (CONESC)

Uma cópia do comprovante de depósito bancário e ficha de pré-inscrição deverão ser enviados por fax para o SESC/ON - PE - Telefax: 81 3327.6324



**A EMPRESA  
DE SERVIÇOS  
TAMBÉM MERECE SER  
SIMPLES.**

Uma campanha da FENACON e NPECT  
em defesa do regime Simplificado  
de Tributação para as empresas  
de serviço de todo o Brasil.

Abrace esta idéia e mande sua  
manifestação através do e-mail  
[fenacon@fenacon.org.br](mailto:fenacon@fenacon.org.br)



# Prosoft